JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2025

Maputo, Janeiro 2026

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual da JustaPaz - 2025
Propriedade: JustaPaz
Coordenação: Horácio Zunguza
Textos: Lúcia Manhice, Horácio Zunguza, Filomena Motiane e Silvana Nhaca
Revisores: Telma Tonela & Jorge Saiete

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as principais acções desenvolvidas no período de Janeiro a Dezembro de 2025.

Durante o período em referência, as actividades estiveram concentradas nas províncias de Inhambane e Sofala, com particular incidência nos distritos de Jangamo, Mabote, Funhalouro, Buzi e Chibabava.

No âmbito do arranque do novo ciclo do projecto, foram realizadas diversas acções preparatórias e de articulação institucional, destacando-se:

a) A apresentação do novo ciclo do projecto, incluindo as respectivas actividades, o número de beneficiários e a duração da intervenção, junto do Governo da Província de Inhambane e dos distritos beneficiários do projecto, nomeadamente Jangamo, Funhalouro e Mabote;

b) Reuniões de coordenação com o Governo Provincial de Inhambane, envolvendo o Director do Gabinete do Secretário de Estado, o Director Provincial da Educação, o Director do Serviço Provincial da Justiça e os Serviços Provinciais de Assuntos Sociais;



Encontro com o director do gabinete do Secretrio do Estado - Inhamane



Encontro com o director provincial de educação - Inhamane



Encontro com o director provincial da justiça - Inhamane



Encontro com os serviços provinciais de Assuntos Sociais - Inhamane

c) Reuniões com os Governos Distritais de Jangamo, Funhalouro e Mabote, com a participação dos Secretários Permanentes, Directores Distritais da Educação e Directores das Conservatórias.

Mais ainda, as reuniões serviram para fortalecer as parcerias, identificar desafios e possíveis soluções e apresentar os Pontos focais distritais em relação a Funhalouro e Mabote.

Neste novo ciclo do projecto, a JustaPaz continua baseando-se na sua **VISÃO** de estabelecimento de uma sociedade onde haja uma cultura de paz, justiça, democracia, boa governação, defesa dos direitos humanos e uma co-existência pacífica entre as várias camadas sociais;

Na sua **MISSÃO** de promover abordagens construtivas e cooperativas de transformação de conflitos e redução de violência a nível político, social e religioso no seio das comunidades de base para a concretização das suas acções, bem como no seu **OBJECTIVO** de Contribuir para a Edificação da Paz, Promoção de Boa Governação e Defesa dos Direitos Humanos.

2. PROJECTOS E ACTIVIDADES

No âmbito da implementação do plano anual de actividades, a JustaPaz desenvolveu acções inseridas em dois projectos estratégicos, nomeadamente:

- **Projecto 1:** "Fortalecimento do Desenvolvimento da Comunidade por meio de Abordagens de Resolução de Conflitos e Empoderamento de Mulheres e Raparigas";
- **Projecto 2:** "Minha Voz".

Os projectos acima referidos visam contribuir para o fortalecimento da governação participativa, promoção dos direitos humanos, acesso à justiça, empoderamento de mulheres e raparigas, bem como o reforço da participação comunitária nos processos de desenvolvimento social.

2.1 Projecto 1 – "Fortalecimento do Desenvolvimento da Comunidade por meio de Abordagens de Resolução de Conflitos e Empoderamento de Mulheres e Raparigas"

O Projecto 1 está estruturado em três componentes principais:

1. Boa Governação e Acesso à Justiça;
2. Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas;
3. Melhoria da Implementação das Recomendações da Revisão Periódica Universal (UPR).

As actividades das duas primeiras componentes são implementadas na província de Inhambane, concretamente nos distritos de Jangamo, Mabote e Funhalouro. Por sua vez, a componente referente à Melhoria da Implementação das Recomendações da UPR é desenvolvida a diferentes níveis, nomeadamente local, nacional e internacional.

Boa Governação e Acesso à Justiça

Esta componente tem como objectivo promover os direitos da mulher e da rapariga através do fortalecimento da actuação dos órgãos locais, nomeadamente os Conselhos Consultivos Distritais, líderes religiosos e tribunais comunitários.

Acções Desenvolvidas

Governação

No período em referência, foram realizadas, no âmbito desta componente, as seguintes actividades:

- Actualização do manual em banda desenhada sobre estratégias de promoção do desenvolvimento local, incluindo acções de lobby e advocacia, com vista a assegurar que os planos de desenvolvimento distrital integrem as preocupações e necessidades das mulheres e raparigas;
- Capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos dos distritos de Jangamo, Funhalouro e Mabote;
- Treinamento de mulheres membros dos Conselhos Consultivos dos três distritos, com enfoque no fortalecimento da sua participação nos processos de tomada de decisão e desenvolvimento local.



Mulheres membros do conselho consultivo do distrito de Jangamo - Inhambane

O treinamento das mulheres membros dos Conselhos Consultivos tem como objectivo dotá-las de competências em oratória, liderança e participação comunitária, de modo a fortalecer a sua capacidade de expressão e intervenção nos espaços de tomada de decisão. Pretende-se, igualmente, criar condições para que possam apresentar, de forma clara e objectiva, os principais problemas que afectam as suas comunidades, muitos dos quais são vivenciados directamente pelas mulheres e raparigas.

Por outro lado, esta acção visa promover a igualdade de género, assegurando uma participação activa e efectiva das mulheres nos processos de tomada de decisão ao nível local, contribuindo, assim, para uma governação mais inclusiva, transparente e representativa.

Resultados Alcançados

Como resultado das actividades realizadas no âmbito desta componente, registaram-se os seguintes avanços:

- Reforço das capacidades técnicas e de intervenção dos membros dos Conselhos Consultivos dos distritos de Jangamo, Funhalouro e Mabote em matérias ligadas à governação participativa, desenvolvimento local, lobby e advocacia;
- Maior sensibilização dos membros dos Conselhos Consultivos sobre a importância da inclusão das preocupações e necessidades das mulheres e raparigas nos planos distritais de desenvolvimento;
- Fortalecimento das competências de liderança, oratória e participação comunitária das mulheres membros dos Conselhos Consultivos, permitindo uma participação mais activa e confiante nos espaços de tomada de decisão;
- Maior capacidade das mulheres em identificar, apresentar e defender questões e preocupações que afectam as suas comunidades, particularmente aquelas relacionadas com os direitos das mulheres e raparigas;
- Promoção de uma governação local mais inclusiva, transparente e participativa, através do envolvimento efectivo das mulheres nos processos de tomada de decisão;
- Reforço da articulação entre os actores comunitários e as estruturas locais de governação, contribuindo para uma maior participação cidadã no processo de desenvolvimento local.

Acesso à Justiça

Esta componente trabalha com Juízes dos Tribunais Comunitários e Líderes Religiosos na promoção e defesa dos direitos humanos da mulher e da rapariga, bem como na mediação e resolução de conflitos comunitários, com especial enfoque nos casos relacionados com a violação dos direitos humanos.

Actividades Desenvolvidas

No período em referência, foram realizadas as seguintes actividades:

- Actualização do manual sobre mediação e resolução de conflitos comunitários;
- Elaboração e disseminação de panfletos informativos sobre os direitos humanos da mulher e da rapariga, com vista ao reforço da sensibilização comunitária;
- Realização de sessões de troca de experiências com Juízes dos Tribunais Comunitários e Líderes Religiosos, visando o fortalecimento das capacidades de mediação de conflitos, promoção da cultura de paz e protecção dos direitos humanos das mulheres e raparigas.



Juízes Comunitários - Jangamo


Foto de ocasião na abertura da sessão de debate com juízes e religiosos em Funhalouro

- Foram apoiadas iniciativas de diálogo inter-religioso nos distritos de Mabote e Funhalouro, com vista ao fortalecimento da convivência pacífica, tolerância religiosa e promoção da cultura de paz nas comunidades;
- Foram igualmente desenvolvidas acções em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, destacando-se:

- ✓ Participação em reuniões religiosas de preparação da Conferência Religiosa Nacional, tendo sido igualmente prestado apoio financeiro para a realização do evento;
- ✓ Participação na preparação e realização de diferentes eventos promovidos pelos líderes religiosos, em parceria com a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR), com destaque para as comemorações do Dia Mundial da Fraternidade Humana e do Dia da Paz.

Resultados Alcançados

Como resultado das actividades realizadas no âmbito da componente de Acesso à Justiça, foram alcançados os seguintes resultados:

- Reforço das capacidades dos Juízes dos Tribunais Comunitários e Líderes Religiosos em matérias de mediação e resolução de conflitos comunitários, com enfoque na protecção e promoção dos direitos humanos da mulher e da rapariga;
- Disponibilização de um manual actualizado sobre mediação e resolução de conflitos, servindo como instrumento de apoio às actividades de sensibilização, prevenção e gestão pacífica de conflitos nas comunidades;
- Aumento do nível de conhecimento e sensibilização das comunidades sobre os direitos humanos da mulher e da rapariga, através da realização de acções educativas;
- Fortalecimento da cooperação e troca de experiências entre Juízes dos Tribunais Comunitários, Líderes Religiosos e outros actores comunitários na promoção da justiça comunitária e cultura de paz;
- Promoção de mecanismos locais de resolução pacífica de conflitos, contribuindo para a redução de tensões e fortalecimento da convivência harmoniosa nas comunidades;
- Reforço do diálogo inter-religioso nos distritos, promovendo maior tolerância, respeito mútuo e entendimento entre diferentes confissões religiosas;
- Maior envolvimento dos líderes religiosos em iniciativas de promoção da paz, fraternidade humana e defesa dos direitos humanos;
- Consolidação da parceria institucional com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR), contribuindo para uma melhor articulação das acções de promoção da paz e coesão social;

Impacto dos Resultados Alcançados

Os resultados alcançados no âmbito da componente de Acesso à Justiça produziram impactos significativos ao nível comunitário e institucional, nomeadamente:

- Melhoria da capacidade de resposta dos Juízes dos Tribunais Comunitários e Líderes Religiosos na mediação e resolução de conflitos, contribuindo para uma gestão mais eficaz e sensível aos direitos humanos da mulher e da rapariga;
- Reforço da prevenção e redução de conflitos comunitários, através da utilização de ferramentas e abordagens mais estruturadas e harmonizadas, como o manual actualizado de mediação de conflitos;
- Aumento da consciencialização comunitária sobre os direitos humanos da mulher e da rapariga, resultando numa maior sensibilização social e na redução de práticas e atitudes discriminatórias;
- Fortalecimento da cultura de paz e do diálogo comunitário, promovendo relações mais harmoniosas entre diferentes grupos sociais e religiosos;
- Maior utilização de mecanismos locais de resolução pacífica de conflitos, contribuindo para a
- Promoção de maior tolerância religiosa e coesão social nos distritos de Jangamo, Mabote e Funhalouro, com impactos positivos na convivência entre diferentes comunidades religiosas;
- Reforço do papel dos líderes religiosos como agentes de paz, coesão social e defesa dos direitos humanos nas suas comunidades;
- Consolidação da colaboração institucional com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR).

Componente - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga

Acções desenvolvidas:

- Actualização dos Clubes de raparigas das 11 escolas abrangidas pelo projecto nos distritos de Funhalouro e Mabote na província de Inhambane e distritos de Buzi e Chibabava na província de Solafa. A actualização consistiu na (i)duplicação, passando de um para dois clubes em cada escola, como forma de dar oportunidade a mais crianças inseridas nas escolas; (ii) inclusão de 5 rapazes, ou seja, em cada clube passou-se a ter 25 raparigas e 5 rapazes.

Este facto deveu-se ao recenhecimento que a equipa da JustaPaz tem de que as raparigas estão inseridas num contexto onde também existem rapazes, achando desta feita, oportuno a socialização de ambos (raparigas e rapazes) rumo a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa dos direitos humanos um do outro. Os rapazes tal como as raparigas nos clubes têm o papel de difundir as mensagens sobre os direitos das raparigas para outros rapazes e comunidades.

- Treinamento das raparigas em matérias de Direitos Humanos, com enfoque no direito à educação, visando promover a retenção escolar e fortalecer o conhecimento sobre temas afins, como o activismo juvenil. A iniciativa procura igualmente incentivar o desenvolvimento de raparigas líderes, capazes de servir de exemplo ("rapariga espelho") e inspirar outras raparigas nas suas comunidades e escolas.





Foram realizados debates de lobby e advocacia envolvendo líderes locais, líderes religiosos, professores e alunas das escolas abrangidas pelo projecto, com o objectivo de fortalecer o engajamento das estruturas comunitárias e educativas na promoção e protecção dos direitos da rapariga.

- Realizou-se sessões de treinamentos aos clubes em matérias de Violência Sexual, Higiene, Saúde e gestão menstrual. As sessões tiveram como objectivo reforçar o conhecimento e a capacidade de prevenção das participantes face a situações de risco, promovendo comportamentos de protecção e denúncia. No âmbito da saúde e higiene menstrual, foram partilhadas informações práticas sobre cuidados adequados durante o ciclo menstrual, gestão da higiene pessoal e desmistificação de tabús associados à menstruação, contribuindo para a redução do absentismo escolar. De forma complementar, os conteúdos sobre violência sexual visaram sensibilizar as raparigas para a identificação de situações de abuso, formas de autoprotecção e os mecanismos de apoio e encaminhamento disponíveis nas suas comunidades e escolas.



Interaccao de uma mae do CCD com as raparigas da escola secundária de Mabote

Atribuíu-se 18 bolsas de estudo para igual número de beneficiárias em Chibabava e Buzi, além das 11 de ensino geral e 9 de ensino técnico profissional no distrito de Funhalouro na província de Inhambane, totalizando 38 raparigas com bolsas de estudos disponibilizadas pela JustaPaz. Constitui items da bolsa o pagamento das despesas de: matrícula; documentos como atestado médico; taxa de internamento; módulos semestrais; uniformes; material de aulas práticas (botas, luva, capacetes, enxadas e respectivo cabo); material de acomodação (utensílios domésticos, balde, colchão); celular smart; Kit de higiene pessoal.



Raparigas bolseiras do ensino técnico de Inhamussua, recebendo Kits de material didactico e outro para seu uso

A JustaPaz promoveu uma reunião com pais e encarregados de educação das raparigas do ensino tecnico profissional do distrito de Funhalouro, com o propósito de criar e fortalecer sinergias entre os Serviços Distritais de Educacao, Juventude e Tecnologia, o projecto e as famílias, para o acompanhamento mais próximo do percurso académico das estudantes. Foram igualmente abordadas estratégias conjuntas para a prevenção e redução do abandono escolar, reforçando a importância do envolvimento activo dos encarregados de educação no apoio à permanência, assistência, motivação e sucesso das bolseiras no ensino técnico-profissional.


Encontro com pais e encarregados de educação das raparigas bolseiras do ensino técnico

A JustaPaz fez entrega de máquinas de costura aos clubes de raparigas das Escolas Secundárias Graça Machel, Eduardo Mondlane de Tome e Samora Machel de Mavume, todas do distrito de Funhalouro província de Inhambane e Escola Secundária Filipe Jacinto Nyusi e Escola Básica de Hamamba no distrito de Chibabava província de Sofala.

Com este apoio, as raparigas estão a desenvolver actividades práticas de corte e costura, promovendo a aquisição de competências técnicas e de empreendedorismo. Entre as principais produções destacam-se a confeção de pensos reutilizáveis, bordados e artigos em croché, que contribuem tanto para o consumo próprio como para a geração de rendimento.





Entrega da máquina de costura na Escola Secundaria Eduardo Mondlane de Tome - Funhalouro

Além das actividades com as raparigas o projecto levou a cabo as actividades abaixo com as mulheres da associação agrícola “Mulheres com vida” no distrito de Buzi:

Formou cerca de 31 mulheres em técnicas ecológicas de produção agrícola. Ora, a situação da fome associada às mudanças climáticas nos distritos de Buzi e Chibabava é crítica. Pelo que, medidas de respostas são necessárias, de tal modo que as comunidades têm reaproveitado as zonas ribeirinhas para a produção de alimentos. As mulheres acima mencionadas são assistidas em fase piloto pela JustaPaz com o propósito não só de suprir a fome com produção e consumo de hortícolas, como também para que estas tenham mais de uma fonte de renda, o que lhes permitirá melhor sustento familiar




Formação em técnicas de produção ecológica em Buzi

- Ainda em Buzi, localidade de Grudja, o projecto capacitou apicultores associados, que inclui 63 mulheres em ferramentas a considerar para a produção de mel,
- Adquiriu-se e fez-se entrega de motobomba e insumos agrícolas às mulheres da associação agrícola em Buzi, para melhorar a sua produção,




Campos de producao da associação das mulheres agricultoras de Buzi

No distrito de Chibabava localidades de Hamamba e Mutabira, adquiriu-se e distribuiu-se 60 cabritos para igual número de mulheres agrupadas em duas associações pecuárias, atitude que incentivou e empodera as muelheres no fomento destes animais e futuramente lhes possibilitará diversificar suas fontes de rendas.



60 caprinos adquiridos no âmbito do projecto em Chibabva



Entrega do gado a uma mulher membro da associação

Acompanhamento de mulheres na actividade de crédito e poupança



- ✓ Estas actividades promovem a retenção da rapariga na escola e habilidades para vida como forma de atingir o empoderamento económico que é uma das formas de combate e protecção à todas as formas de violência contra a mulher e rapariga.

- ✓ Mais ainda, as actividades de lobby e advocacia com estruturas locais culminaram na inclusão de algumas meninas nos espaços de tomada de decisão ao nível local.

2.1.3 Componente - Monitoria da Implementação das Recomendações UPR

As acções desta componente são implementadas a 3 níveis nomeadamente: Local, Nacional e Internacional. Ou seja, os três níveis complementam-se à medida que os problemas apresentados no local são evidenciados a nível nacional e posteriormente relatados para que como país, assumamos os compromissos ractificados para o garante e protecção dos direitos humanos. Assim, a interligação dos 3 três níveis de implementação do projecto obedece o seguinte:

Local, é feita a monitoria do pleno gozo ou não dos direitos humanos pelos cidadãos, assim como a recolha de evidências sobre os atropelos aos mesmos.

No nível **nacional**, a JustaPaz e outros actores (ASCUT- Plataforma da Sociedade Civil Contra a Usurpação de Terra em Moçambique, FMMRPU-Fórum de Monitoria do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos e outros) levam a cabo acções de lobby e advocacia para o desenho e implementação de leis e políticas que garantam, defendam e protejam os direitos humanos. Mais ainda, as evidências colhidas localmente alimentaram a produção do relatório sombra ao 4º ciclo de avalição sobre a situação dos direitos humanos em Moçambique no período 2021 a 2025. E através do FMMRPU a componente engajou-se em sessões de consultas públicas para a elaboração do Relatório sombra ao 4º Ciclo UPR de Moçambique a ter sua avaliação em 2026.

Em relação ao nível nacional de implementação, fez-se o lançamento público do roteiro de engajamento do FMMRPU dos direitos humanos ao 4º ciclo do UPR de Moçambique: 2025-2026, um documento com agenda minuciosamente planificada para a execução de cada etapa com vista a elaboração, submissão do relatório sombra do 4º ciclo.





Momentos registados no lançamento público do roteiro de engajamento do Fórum dos direitos humanos ao 4 ciclo do UPR de Moçambique: 2025-2026. Neste documento, a sociedade civil moçambicana traz a agenda a seguir desde o processo de consultas públicas para ter evidências da situação real dos direitos humanos (informação que permitiu a elaboração do relatório paralelo ao 4º ciclo) que servirá de guia até ao 5º ciclo de avaliação



O projecto através do FMMRPU engajou-se em sessões de consultas públicas para a elaboração do Relatório Paralelo ou sombra ao 4º Ciclo UPR de Moçambique. As consultas tiveram lugar em todo o país. (o FMMRPU possui pontos focais em todas as 11 províncias, os quais trabalham em extreita ligação com plataformas provincias e distritais da sociedade civil para a questão de direitos humanos).



- Produziu-se e imprimiu-se o relatório de avaliação global da implementação das recomendações do III ciclo de RPU de Moçambique 2021-2025, em preparação a avaliação do 4º ciclo de RPU.
- Ainda ao nível nacional, a Aliança da Sociedade Civil Contra Usurpação de Terra em Moçambique (ASCUT), uma rede de organizações não-governamentais (ONG´s) nacionais e Internacionais, criada em Julho de 2014 com objectivo de maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil, para tornar eficazes suas acções de advocacia contra a usurpação de terras, em que mulheres e homens usufruem do direito de posse, segurança e controlo da terra.

A aliança surgiu depois das organizações verificarem que com a descoberta de recursos naturais e os recrudescimentos de investimentos no sector agrário em diferentes regiões do país, a terra passou a ser um activo cada vez mais valorizado e alvo de frequentes disputas. Na maior parte das vezes, estas disputas opõem comunidades locais e agentes económicos nacionais e estrangeiros. Este fenómeno pode prejudicar a população moçambicana, que vive nas zonas rurais, cuja sobrevivência depende, em grande medida da utilização da terra. Assim, a ASCUT contribui também para a prevenção de conflitos de terra, associados à implantação de projectos de investimento em áreas ocupadas pelas comunidades e para a promoção do desenvolvimento local, com base na utilização sustentável da mesma.

Como previsto nos termos da sua criação ASCUT é hospedado pelos seus membros numa base rotativa de 2 anos (porém em revisão para 4 anos), num processo democrático onde todos são elegíveis para concorrer. É neste processo que a JustaPaz hospeda a aliança desde 2020.

Na sequência, no ano 2025 o projecto por via da ASCUT apoiou o funcionamento do instrumento de monitoria de conflitos de terra, (hospedado-o no site da ASCUT) para melhor gestão de conflitos de terra.

A nível **internacional** de implementação contamos com o parceiro – LWF- Federação Mundial Luterana que desenvolveu acções de lobby para que o relatório sombra produzido ao nível nacional na área dos direitos humanos, fosse aceite pela Comissão dos direitos humanos das Nações Unidas.

Ainda sob o mesmo objectivo, a LWF se engajou para que os actores enquadrados no FMMRPU participassem e submetessem seus pareceres e relatórios sobre a situação dos direitos humanos do país nos organismos regionais, entre outros, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Acções desenvolvidas

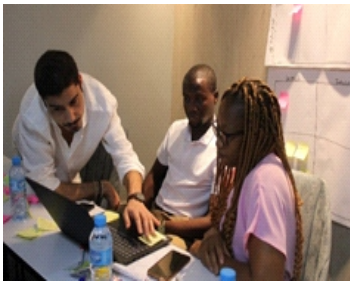
Por isso, no período em referência, através da ASCUT o projecto apoiou o desemvolvimento da proposta intitulada *"The role of civil society in land tenure and security for women and young people in Mozambique"* com vista a participar do evento regional "Land Conference" em Adis Abeba, Etiópia, onde além de partilhar experiências de gestão de terra com enfoque para a mulher, aprendeu diversas formas de governação de terra que vários países de Africa presentes no evento.





A esquerda imagem de abertura da Conferencia de terra e a direita imagem de membros da ASCUT apresentando o Side Event

- Realizados 4 encontros de coordenação, articulação e planificação com as organizações da sociedade civil para elaboração e definição de estratégias de intervenção nos diferentes espaços de advocacia sobre terra e recursos naturais
- Realizados 2 encontros de coordenação com os líderes das organizações membros da Comunidade de Práticas (COP).
- Realizado 1 encontro de lançamento da COP.
- Realizado 1 formação dos formadores da COP.
- Criar uma ferramenta digital de reporte e monitoria de uso e aproveitamento de terras de investimento em grande escala.
- Realizados 5 workshops para o fortalecimento de capacidades da COP:
- Workshop distrital da sociedade civil sobre quadro legal de terras e outros recursos naturais.
- Workshop de mapeamento das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) da COP.
- Workshop de capacitação da COP para a mobilização de recursos.
- Workshop de capacitação da COP sobre Agroecologia e Agricultura de conservação
- Workshop de capacitação da COP sobre Género, Equidade e Inclusão Social.
- Realizada uma reunião de análise do quadro regulatório da terra e os mecanismos de incentivos.
- Realizada 1 reunião para analisar e avaliar as actividades da COP.
- Realizado 1 encontro de encerramento com os membros da COP





- A LWF apoiou tecnicamente a aliança CEDAW- Convenção da Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, ractificada por Moçambique em 1997 e desde lá passou a ter obrigação de reportar neste Comité a situacao dos direitos humanos da mulher no nosso país



- Assim, relativamente a sociedade civil que deve elaborar e submeter o relatório sombra ao Comité CEDAW, a JustaPaz e o Observatório das Mulheres são as organizações que lideram a plataforma CEDAW,

com vista elaborar o relatório sombra. Por conta disso, no período em relato, as duas organizações em parceria com a LWF-Genebra prepararm a sessão de formação em matérias do funcionamento deste comité destinada a todas as organizações parte da plataforma.

Alguns membros da plataforma CEDAW tendo sessão de formação em matérias do comité CEDAW. Um evento dado pela LWF em Maputo.

- A LWF junto com seu parceiro Franciscan International apoiou no desenvolvimento de capacidades do pessoal local e parceiros em questões de direitos humanos, mecanismos e defesa dos direitos humanos,

Em Julho de 2025, 4 técnicos do FMMRPU e da JustaPaz participaram do workshop sobre direitos humanos no ambito de UPR. No workshop estes partilharam experiências e boas práticas na interação com o mecanismo do RPU, enquanto membros de fórum de direitos humanos de Moçambique e também se conectaram aos Franciscans International que operam em Moçambique e com eles iniciaram trabalho de parceria no processo de elaboração do Relatório paralelo 4º ciclo.




Momentos registados entre a representante da Franciscan International, JustaPaz e FMMRPU

Resultados alcançados

- ✓ Evidências colhidas sobre a protecção dos direitos humanos, as quais alimentaram a produção do relatório sombra 4º ciclo,
- ✓ Roteiro de engajamento do FMMRPU dos direitos humanos ao 4º ciclo do UPR de Moçambique: 2025-2026 produzido e laçado publicamente,
- ✓ Produzido o relatório de avaliação global da implementação das recomendações do III ciclo de RPU de Moçambique 2021-2025,
- ✓ Instrumento de monitoria de conflitos de terra disponibilizado,
- ✓ Produzida a proposta com vista a participação do evento regional land conference,
- ✓ Maior visibilidade das preocupações das comunidades e consciencialização sobre direitos de uso e aproveitamento da terra relativamente à posse, uso e segurança da terra (DUAT),
- ✓ Inclusão das recomendações da ASCUT na declaração final da conferência de terra havido na Etiópia,
- ✓ Consolidação da ASCUT como referência técnica em matérias de terra e direitos comunitários,
- ✓ Organizações membros da aliança CEDAW com conhecimento sobre técnicas de elaboração e submissão do relatório CEADW.
- ✓ Pessoal local mais fortalecido em matérias de direitos humanos

Projecto 2 - Minha Voz

- No âmbito das revitalizações dos Conselhos Consultivos de localidade, postos Administrativos e Distritais, a JustaPaz fez lobby e Advocacia e garantiu que 15 raparigas dos dois distritos beneficiários do projecto (Funhalouro e Mabote) se tornassem membros permanentes desses órgãos. Com este marco, as raparigas poderão de forma eficiente, eficaz e flexível influenciar políticas locais a favor do bem-estar da rapariga.
- 30 Raparigas dos dois distritos beneficiários (Funhalouro e Mabote) participaram da primeira sessão do conselho consultivo distrital (entidades constituídas por membros da comunidade e por dirigentes administrativos locais com o fim de conjuntamente discutir e recomendar medidas relativas a governação e desenvolvimento a nível local).

  As raparigas depois de terem passado pelo processo de treinamento e capacitação para exposição de seus pensamentos e para uma participação activa, usaram a sua voz em forma de arte (poesias e palestras) para falar de temas que julgam merecer total destaque na agenda local:

- Saneamento nas escolas
- Uniões prematuras
- Gravidezes precoces
- Segurança (protecção e salvaguarda dos seus direitos);
- Oportunidades para raparigas e mulheres jovens.



Raparigas da Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome - Funhalouro

- 410 Raparigas treinadas em matérias de liderança, participação, Higiene e Gestão menstrual, educação ambiental e Violência Baseada no Género

Estes treinamentos visam assegurar que estas raparigas tenham acesso a informação correcta sobre essas temáticas para que no âmbito escolar e comunitário possam fazer replicas em diferentes espaços desde os formais aos informais.



Quadro resumo das acções levadas a cabo em 2025 nos dois projectos.

Accão/Componente	Grau de Execução das acções planificadas			Acções não planeadas	Total de acções realizadas
Componente Governação	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**		
Actualização do manual em banda desenhada sobre estratégias promoção do desenvolvimento local	1 de	1	100%	0	1
Revitalização do conselho consultivo do distrito de Mabote	1	1	100%	0	1
Apoio na realização de sessões do Conselho Consultivo (1ª e 2ª) nos distritos de Jangamo, Mabote Funhalouro.	6 e	6	100%	0	6
Treinamento de mulheres membros dos Conselhos Consultivos dos três distritos.	1	1	100%	0	1
Realização de monitoria de actividades referente ao período de Janeiro a Dezembro nos distritos de implementação do Projecto.	2	2	100%	0	2
Componente Acesso a Justiça e Diálogo Inter Religioso	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Actualização do manual sobre mediação e resolução de conflitos comunitários	1	1	100%	0	1
Elaboração de panfleto informativo sobre os direitos humanos da mulher e da rapariga	1	1	100%	0	1
Realizados de dois Debates de troca de experiências com líderes religiosos nos distritos de Jangamo, Mabote e Funhalouro	6	6	100%	0	6
Realizados de dois Debates de troca de experiências com juízes comunitários nos distritos de Jangamo, Mabote e Funhalouro	6	6	100%	0	6
Apoio as iniciativas de diálogo inter - religioso		Executado	100%	3	3
Realização de monitoria de actividades	02	02	100%	0	02
Apoio à Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR) para a realização	0	Executada	100%	01	01
Componente Empoderamento da Mulher e Rapariga	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções**

					realizadas
Actualização dos Clubes de raparigas das 11 escolas abrangidas pelo projecto	11	Executadas	100%	0	11
Treinamento das raparigas em matérias de Direitos Humanos, com enfoque no direito à educação	22	Executadas	100%	0	22
Realização de debates de lobby e advocacia envolvendo líderes locais, líderes religiosos, professores e alunas das escolas abrangidas pelo projecto	22	Executadas	100%	0	22
Realização de debates e sessões de sensibilização nas escolas com o objectivo de prevenir o abandono escolar e desencorajar a emigração ilegal para a África do Sul.	5	Executadas	100%	0	5
Realização de sessões de treinamentos aos clubes em matérias de Violência Sexual, Higiene, Saúde e gestão menstrual	22	Executadas	100%	0	22
Atribuiu-se 38 bolsas de estudo para igual numero de raparigas	38	Executadas	100%	0	38
Aquisiçao e distribuiçade máquinas de costura aos clubes de raparigas	7	Executada	100%	0	38
Treinamento de 31 mulheres em técnicas ecológicas de produção agrícola	31	Executada	100%	0	31
Treinamento dos apicultores associados, que inclui 63 mulheres em ferramentas a considerar para a produção de mel		Executada	100%	0	
Adquiriu-se e fez-se entrega de motobomba e insumos agrícolas às mulheres da associação agrícola em Buzi, para melhorar a sua produção	1	Executada	100%	0	1
Adquiriu-se e distribuiu-se 60 cabritos para igual número de mulheres agrupadas em duas associações pecuárias,	60	Executada	100%	0	60
Fez-se companhamento de mulheres na actividade de crédito e poupança	6	Executadas	100%	0	6
Adquiriu-se e distribuiu -se 9 colmeias e equipamento de protecção do apicultor(luvas, botas, macacão) às mulheres apicultoras	9	Executadas	100%	0	9
Componente Monitoria da Implementação das Recomendações UPR	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Lançamento público do roteiro de engajamento do FMMRPU dos direitos humanos ao 4º ciclo do UPR	1	Executada	100%	0	1

de Moçambique					
Engajamento em sessões de consultas públicas para a elaboração do Relatório Paralelo ou sombra ao 4º Ciclo UPR de Moçambique	4	Executada	100%	0	4
Produziu -se e imprimiu -se o relatório de avaliação global da implementação das recomendações do III ciclo de RPU de Moçambique 2021-2025, em preparação a avaliação do 4º ciclo de RPU.	1	Executada	100%	0	1
Apoiou o funcionamento do instrumento de monitoria de conflitos de terra,	1	Executada	100%	0	0
Participação na conferencia de terra através da ASCUT apresentando um side event sobre questoes de terra	1	Executada	100%	0	1
Por via da ASCUT realizou -se 4 encontros de coordenação, articulação e planificação com as organizações da sociedade civil para elaboração e definição de estratégias de intervenção nos diferentes espaços de advocacia sobre terra e recursos naturais	4	Executada	100%	00	4
Por via da ASCUT realizou -se Workshop de mapeamento das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) da Comunidade de Práticas COP.	1	Executada	100%	0	1
Participação de 4 membros do forum de direitos humanos no workshop sobre direitos humanos no ambito de UPR	1	Executada	100%	0	1
Participação de membros da plataforma CEDAW na formaçao em direitos humanos dado pela LWF	1	Executada	100%	0	1
Projecto 2 - Minha Voz	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeada**	**Total de acções realizadas**
fez lobby e Advocacia e garantiu que 15 raparigas dos dois distritos beneficiários do projecto (Funhalouro e Mabote) se tornassem membros permanentes desses órgãos	1	Executada	100%	0	1
Treinamento de raparigas em matérias de liderança, participação, Higiene e Gestão menstrual, educação ambiental e Violência	1	Executada	100%	0	1
Baseada no Género					

Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação de Terra – ASCUT

A Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique (ASCUT) é uma aliança de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais sem fins lucrativos que desenvolvem actividades de advocacia no sector da terra e recursos naturais; agricultura; género e mudanças climáticas; indústria extractiva; e responsabilidade social e corporativa.

A ASCUT tem como objetivo principal maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil membros da aliança, com vista a tornar eficazes as suas acções de advocacia contra a usurpação de terras, de modo a que mulheres e homens usufruam dos direitos de posse, uso e controlo da terra.

Acções desenvolvidas

- Realizados 4 encontros de coordenação, articulação e planificação com as organizações da sociedade civil para elaboração e definição de estratégias de intervenção nos diferentes espaços de advocacia sobre terra e recursos naturais
- Realizados 2 encontros de coordenação com os líderes das organizações membros da Comunidade de Práticas (COP).
- Realizado 1 encontro de lançamento da COP.
- Realizado 1 formação dos formadores da COP.
- Desenvolver uma ferramenta digital para o reporte, monitoria e acompanhamento do uso e aproveitamento de terras destinadas a investimentos de grande escala.

Realizar 5 workshops para o fortalecimento das capacidades da COP, nomeadamente:

Workshop distrital da sociedade civil sobre o quadro legal de terras e outros recursos naturais;

Workshop de mapeamento das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) da COP;

Workshop de capacitação da COP em mobilização de recursos

Workshop de capacitação da COP sobre Agroecologia e Agricultura de conservação

Workshop de capacitação da COP sobre Género, Equidade e Inclusão Social.

Realizada uma reunião de análise do quadro regulatório da terra e os mecanismos de incentivos.

Realizada 1 reunião para analisar e avaliar as actividades da COP.

Realizado 1 encontro de encerramento com os membros da COP.

Resultados alcançados

- Lançada a Plataforma de Comunidades de Práticas (COP), composta por 10 (dez) organizações da sociedade civil.
- Estabelecidas directrizes, metas e objectivos da COP.
- COP coordenada e alinhada para tomar as decisões sobre projectos, estratégias e mudanças em processos de advocacia sobre a legislação da terra.
- COP integrada no Digital Campus.
- Iniciada acções de advocacia sobre a legislação da terra.
- Em curso o desenho de uma proposta de projecto da COP.
- Facilitada a comunicação e articulação entre as organizações da sociedade civil.
- Proporcionado aprendizado de novos conhecimentos, habilidades e técnicas sobre mobilização de recursos, agroecologia, agricultura,

Galeria



Conservatória Do Registo
Civil E Notariado De
Mabote








Brot

PSOJT



